

Características sociodemográficas nas áreas de transição rural – urbano da região metropolitana de Campinas, 1991 a 2010.

Rafael Lopes Marins¹

Dafne Sponchiado F. da Silva²

Palavras-chave: transição rural-urbana – RMC – demografia

¹ Mestrando em Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

² Doutoranda em Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora-júnior do Centro de Estudos da Metrópole – CEM (CEBRAP/USP), vinculada ao projeto “Mobilidade intraurbana, espaço e segregação”, coordenado pelo Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

1. INTRODUÇÃO

O tipo de lugar que uma população vive é um elemento importante para identificar e compreender os processos sociais, econômico, cultural, político e demográfico dessa população (CHAMPION & HUGO, 2004). A categorização de tipo de lugar mais conhecida e utilizada para explicar os comportamentos demográficos é a divisão entre rural e urbano adotada pela ONU no final da década de 1940. Com a evolução das mudanças no tamanho e natureza da ocupação territorial, bem como no surgimento de padrões de ocupação mais complexos. Do lado urbano, as conurbações, que levaram a formas urbanas menos compactas como áreas metropolitanas e megalópoles, e do outro lado a transformação que o rural sofreu, com a mecanização agrícola, a reorganização produtiva do campo, o aumento das atividades não agrícolas, a mudança de percepção da terra (de um meio de produção para um bem de valor) além do avanço tecnológico da informação e transportes, levou a linha divisória entre o rural e o urbano a se tornar menos evidente. Portanto, a mera categorização entre rural e urbano passou a não ser suficiente para mostrar a diferenciação do comportamento demográfico entre essas duas áreas.

Cunha e Rodrigues (2001) ao estudar os processos de urbanização e ocupação do solo do Estado de São Paulo, apresentaram uma categoria intermediária, entre a área rural e urbana, uma área de transição, baseada nas categorias de situação de domicílio, criadas pelo IBGE para o Censo. Através dessa nova classificação, é possível uma análise mais refinada dos padrões de mudança de ocupação do solo, além de fornecer subsídios para um melhor planejamento e provimento de serviços para seus residentes.

Assim, o intuito desse trabalho (de caráter exploratório) é aplicar esta categoria intermediária de transição na Região Metropolitana de Campinas, a fim de verificar quais são as suas características sóciodemográficas, em comparação à categorização binária rural/ urbana, procurando assim justificar sua formulação. Esta análise será realizada através da sistematização e espacialização de dados sóciodemográficos, bem como a partir da construção de tabulações e mapas que procuram evidenciar as especificidades da dinâmica populacional presente nestas “áreas de transição rural-urbano”.

2. O RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, A PARTIR DE 1980

O processo de modernização da agricultura brasileira que se iniciou nos anos 1970, pautado no uso intensivo do capital, na industrialização de processos agrícolas e pecuários e na especialização em *commodities* modificou as dinâmicas entre o rural e o urbano (SILVA, 1999). No estado de São Paulo, dentro das consequências geradas pela transformação no meio rural, está o esvaziamento destas áreas. A maioria das famílias que não eram detentoras dos meios de produção, ou possuíam uma pequena propriedade e não faziam frente aos grandes proprietários, migraram para outras regiões de fronteira agrícola, ou para as cidades. As poucas que restaram, tiveram como opção de geração de renda o fornecimento de *commodities* indiferenciadas aos consumidores finais e ou às cadeias produtivas que acabavam de se formar.

A outra opção, que se intensificou na década de 1990³, foi o ingresso em atividades não-agrícolas (associadas aos setores terciários e secundário, no meio urbano ou rural), para complementar a renda. Já os detentores dos meios de produção, através da modernização e alta mecanização, capacitados pelo uso intensivo do capital, passaram a conceber e gerenciar um sistema de produção fordista agroindustrial, seja através da propriedade industrial, seja como fornecedores à essa indústria, e acabavam por vezes exportando bens primários, ou produtos agroindustriais manufaturados (como por exemplo suco de laranja) (SILVA, 1999, SILVA et al, 2002; VEIGA, 2002)

Além destes elementos, particularmente na Região Metropolitana de Campinas, as dinâmicas imobiliárias de origem urbana contribuíram para alteração da dinâmica rural-urbano. Essas foram impulsionadas pelo crescimento das cidades da região em decorrências da desconcentração industrial do Estado São Paulo⁴, principalmente nos anos 1970. Pode-se dizer que foram três dinâmicas imobiliárias: (1) da parte da população alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como serviços a elas relacionados; (2) da parte da população de baixa renda por terrenos para construção de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuía uma infraestrutura mínima de transporte e serviços públicos, como água e energia

³ Na década de 1990, houve uma crise de rentabilidade e queda dos preços das terras agrícolas que levaram a um cenário pouco favorável a evolução das atividades agrícolas, principalmente para pequenos produtores (SILVA, 1999, 2002).

⁴ Mais detalhes sobre os impactos da desconcentração industrial na região podem ser vistos em Baeninger, 1992.

elétrica; (3) da parte de indústrias e empresas prestadores de serviços por terras não agrícolas como alternativa mais viável a sua instalação.

Dessa maneira, faz se entender o que Silva (1999) notou no novo rural brasileiro, que o impulso de crescimento das ocupações rurais não agrícolas possuía origem externa ao setor agrícola. Na realidade, ele se oriunda das demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas. Ou seja, para entender a dinâmica do meio rural hoje, é necessário compreender não somente o lado agrário, mas também, e principalmente, o conjunto de outras atividades não agrícolas que respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional desse meio. Silva et al (2002), já apontava que desde 1997, a população rural não agrícola superou a população rural agrícola. Inclusive, o autor notou que a renda gerada por essas atividades não agrícolas já era maior do que a renda de atividades agrícolas, se aproximando até mesmo daquela das atividades urbanas.

Pode-se dizer que dessa dinâmica gerou-se uma nova forma de caracterização das formas de ocupação e produção do rural. O espaço rural passou a ter outras funções e as transformações no processo de trabalho levaram ao surgimento de novas atividades no meio rural, caracterizando um desenvolvimento baseado na pluriatividade e na multifuncionalidade do meio rural. Ou seja, o aumento da heterogeneidade do meio rural levou à necessidade de uma revisão das categorias espaciais para uma melhor compreensão da realidade. É nesse sentido que a inclusão de uma categoria intermediária dá uma nova percepção a interpretação das dinâmicas rural-urbana.

Paralelamente (e dialeticamente) às transformações no rural, o urbano se metamorfoseou, dando origem ao atual cenário que encontramos nas cidades brasileiras – que vão de metrópoles à pequenos municípios pouco inseridos na rede urbana. É importante destacar como a expansão urbana cumpriu papel fundamental na mudança do tipo de ocupação do solo rural, principalmente nas áreas mais próximas aos municípios de grande porte, como no caso da RMC. Os resultados obtidos neste trabalho estão consonância com o que tem se verificado em outros estudos a despeito da urbanização e da distribuição espacial da população da Região Metropolitana de Campinas e servem como indicativo do que pode estar acontecendo ao redor de outras grandes cidades.

Assim, ainda nesta introdução, é preciso acrescentar ao esclarecimento sobre as transformações no rural paulista, alguns pontos fundamentais para que pensemos a

expansão da mancha urbana como parte do processo de segregação socioresidencial – mesmo que em áreas ditas rurais, para fins de classificação.

A oposição entre centro rico e periferia pobre foi a forma de organização urbana predominante na cidade capitalista na maior parte do tempo, desde o seu surgimento – mesmo considerando os diferentes processos de urbanização. A partir da década de 1950, no entanto, configuraram-se novas periferias, principalmente nas cidades estadunidenses; todavia de maneira alguma estas determinaram o fim da primeira oposição. O fato de os subúrbios passarem a abrigar uma parte privilegiada da população citadina não suprimiu a periferia de baixa renda, sendo que os dois *modelos* se sobrepuseram muitas vezes e este é o cenário que se tem visto nas metrópoles brasileiras e latino-americanas, herdeiras urbanísticas das *american cities*. A ocupação da periferia pela população de baixa renda se dá em outro contexto e condição do que pela população de mais elite e sua compreensão envolve pensar, por exemplo, nos quadrantes de expansão das grandes cidades: há aqueles de expansão da elite e aqueles de expansão da população menos abastada, e estes não costumam ser concomitantes.

3. MATERIAL E MÉTODO

O presente trabalho foi elaborado utilizando-se como fontes de dados os dados do Universo dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE. O setor censitário, delimitado pelo IBGE, é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas. Além disso, os dados populacionais foram categorizados de acordo a “situação do domicílio” e agregados em categorias urbanos, de transição e rural. Segundo a sua área de localização, o domicílio é classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010⁵. A situação rural abrange todas as áreas situadas fora desses limites (IBGE, 2010).

⁵ No Brasil, o controle e planejamento das ocupações, tanto urbanas quanto rurais, é de responsabilidade municipal, via plano diretor municipal, por força do art. 30, VIII, da Constituição Federal, regulamentado pelas leis Nº 6.766/79 (LPSU) e 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Ou seja, categorização do rural e urbano é feita a partir de um critério político-administrativo. O que se configura como uma exceção, pois,

O IBGE, por sua vez, classifica os domicílios em oito categorias: 1 - Área urbanizada de cidade ou vila, · 2 - Área não-urbanizada de cidade ou vila, · 3 - Área urbana isolada e os de situação rural: 4 - Aglomerado rural de extensão urbana, · 5 - Aglomerado rural isolado – povoado, 6 - Aglomerado rural isolado – núcleo, · 7 - Aglomerado rural isolado - outros aglomerados, · 8 - Zona rural, exclusive aglomerado rural do Estado.

Para qualificar a dinâmica da distribuição da população no Estado, utilizou-se o mesmo procedimento elaborado por Cunha & Rodrigues (2001). Assim, definiu-se uma área de transição, como categoria intermediária entre as tradicionais áreas urbana e rural. Essa área de transição foi concebida aproveitando-se a possibilidade oferecida pelo Censo Demográfico desde 1991 quanto à desagregação da situação do domicílio. Dessa forma, como pode ser visto no Quadro 1, considerou-se como pertencente à área de transição (TR) a população residente em domicílios situados na “área urbana isolada” e no “aglomerado rural de extensão urbana”, definidas como área de transição urbana (TR-UR) e área de transição rural (TR–RU), respectivamente

QUADRO 1 - Reclassificação da situação do domicílio da população residente, com base nas categorias do Censo Demográfico/1991 e Contagem Populacional/1996.

Reclassificação das áreas	“Situação do domicílio”
“Urbana” (1 e 2)	1) Área urbanizada
	2) Área não urbanizada
“Transição” (3 e 4), onde: "Transição Urbana" (3) e "Transição Rural" (4)	3) Área urbana isolada
	4) Aglomerado rural de extensão urbana
“Rural” (5, 6, 7, e 8)	5) Aglomerado rural isolado ou povoado
	6) Aglomerado rural isolado ou núcleo
	7) Outros aglomerados
	8) Área rural (exclusive aglomerado rural)

Obs: Os termos “urbano” e “rural” serão apresentados entre aspas quando referidos a esta reclassificação, ou seja, quando não agregarem a população recenseada na área de transição.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

normalmente a maioria dos países utiliza uma combinação de critérios estruturais (como a densidade demográfica) e funcionais (serviços indispensáveis ao meio urbano como escolas, hospitais, por exemplo). (Veiga, 2002)

A utilização da área de transição na análise da distribuição da população procura evidenciar as especificidades da alocação da população no espaço da RM de Campinas. Portanto, as categorias utilizadas visaram revelar a existência, por exemplo, de domicílios rurais que, na verdade, estariam localizados em áreas de expansão urbana⁶. Assim, as figuras 2 e 3 apresentam todos os setores categorizados pela situação domiciliar, para evidenciar a diferença nos fenômenos observados na categoria de “transição” em contraposição as categorias “urbanas” e “rurais”. Além disso, para reforçar a atenção aos pontos de maior concentração espacial dos indicadores (chamados de *hot spots* ou seu oposto, *cold spots*), os dados foram interpolados através da técnica de *krigagem*⁷ ordinária.

Os indicadores selecionados são organizados segundo as grandes áreas temáticas da realidade metropolitana de Campinas, de modo a contribuir para compreensão e reflexão de seus significados. Dessa maneira, há indicadores relacionados à composição e dinâmica demográfica da população, bem como suas condições de vida; eles foram divididos em demográficos, econômicos e de infraestrutura habitacional. Dentre os indicadores demográficos, estão a taxa de crescimento populacional, considerando a média geométrica anual; e a densidade demográfica mensurada em habitantes por hectare.

Em relação aos indicadores econômicos, foram selecionados os que retratam a renda do responsável, como proxy da renda domiciliar, tal qual o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento positivo) e a proporção dos domicílios com “alto rendimento” (mais de 10 salários) do responsável. Em ambos os casos foi feita uma compatibilização da renda entre 2000 e 2010, para acompanhar o poder de compra do salário mínimo que se alterou no decorrer do período⁸.

⁶ Esse estudo partiu do pressuposto que a classificação da situação do domicílio utilizada pelo IBGE seria precisa, contudo, sabe-se que isso não reflete a realidade e que, portanto, mereceria um estudo mais aprofundado.

⁷ Esta técnica de interpolação consiste, sinteticamente, em atribuir os dados de cada setor a seu centroide e, considerando que elementos mais próximos são mais parecidos que os mais distantes, interpolá-los de modo que os pontos mais próximos recebam um peso maior e os pontos mais distantes um peso bem menor. Como resultado deste processo, obtém-se uma superfície de dados interpolados que destaca as maiores concentrações espaciais dos indicadores utilizados, facilitando as análises.

⁸ Para tanto, foi calculado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), obtido junto ao IBGE, comparando-se o mês de julho de 2000

Finalmente, dentre os indicadores de infraestrutura habitacional, foram selecionados aqueles representantes dos serviços de infraestrutura pública, haja visto que a expansão desses serviços básicos pode contribuir para elevar o padrão de vida da população. Dentre esses estão a proporção de domicílios sem acesso a rede de abastecimento de água geral (domicílios sem água ligada à rede geral de abastecimento), sem escoamento (domicílios cuja canalização de águas servidas e de dejetos provenientes do banheiro ou sanitário não é ligada a um sistema de coleta que conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada) e sem coleta de lixo (quando o lixo do domicílio não é coletado pelo serviço de limpeza, seja público ou privado).

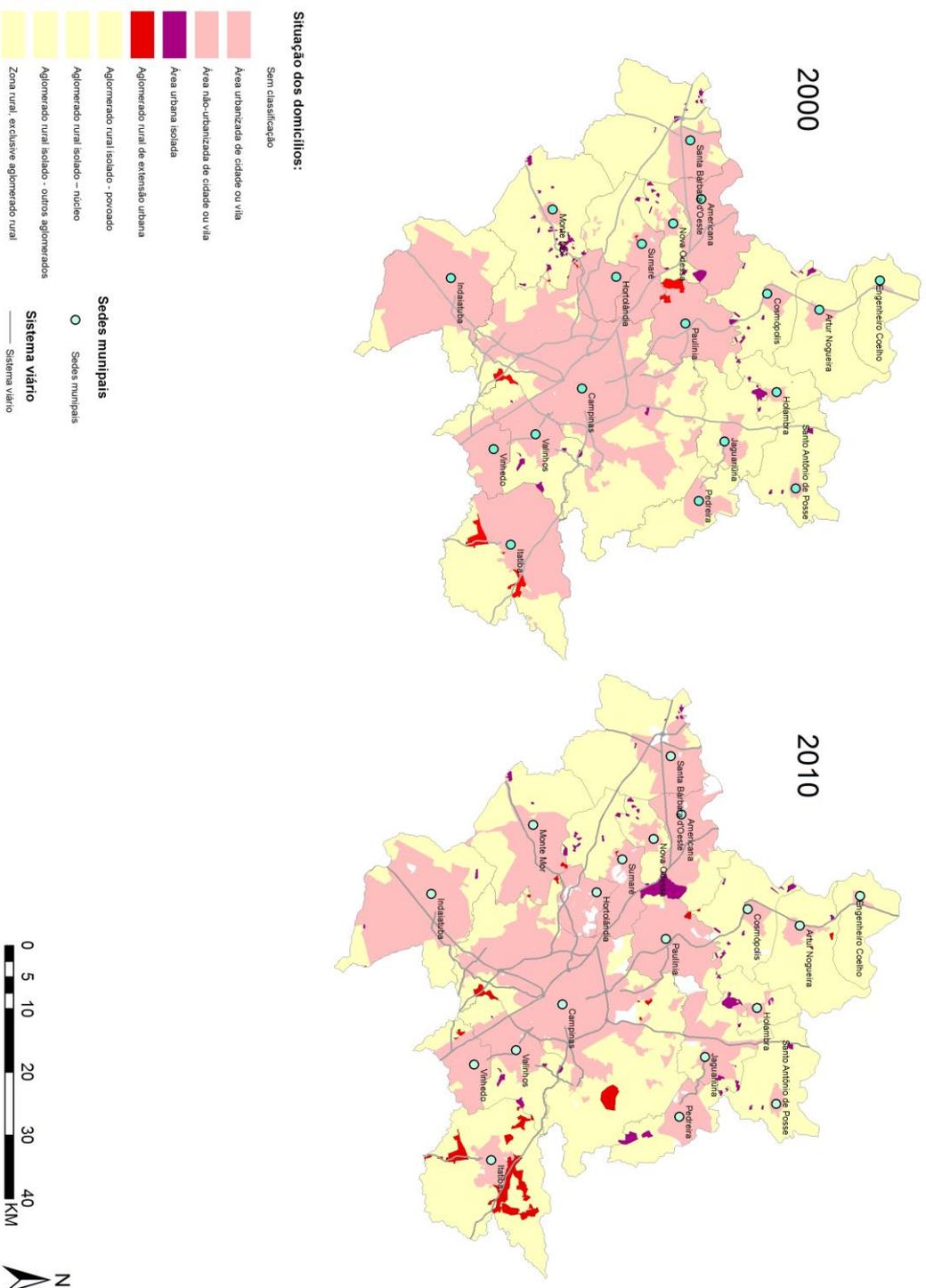
No processo de análise serão apresentados onde estão localizados espacialmente, os setores “rurais”, “de transição”, e “urbanos”. Em seguida serão verificadas quais localidades da RMC dos setores de transição apresentaram as maiores ou menores proporções dos indicadores abordados e se houve ou não modificações destas durante o período analisado. Dessa maneira, será possível verificar que as “médias metropolitanas” escamoteiam a real diversidade socioespacial existente na região e dentro dos próprios municípios.

4. ANÁLISE

4.1. Distribuição espacial dos setores

com julho de 2010, meses próximos às datas de referência do período censitário, obtendo um valor de 1,96; multiplicou-se, então este valor ao rendimento declarado no censo de 2000. Com isso, os indicadores expressos em salários mínimos se referem, portanto, ao rendimento em termos do valor do salário mínimo em julho de 2010, de R\$ 510.

FIGURA 1. Distribuição das categorias situação do domicílio por setores censitários da Região Metropolitana de Campinas. 2000 e 2010:



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (dados do Universo).

A grande área de cor rosa da Figura 1 apresenta a urbanização praticamente contínua de Vinhedo à Americana, desde 2000, e evidencia o processo de conurbação entre as cidades da RMC. É possível notar que em 2010 essa mancha se amplia, já que os municípios ao redor de Campinas se tornaram gradativamente mais urbanos.

Em 2000, os setores “urbanos” (situação de domicílio 1 e 2 – representado pela cor rosa), representavam mais de 95% de toda a população do RMC. Em 2010, estes setores correspondiam a quase 97% do total. Já, os setores “rurais” (situação de domicílio 5 a 8), que são representados pela cor amarela, em 2000 continham quase 2,5% da população da RMC e em 2010, reduziu-se a 1,7%. Por fim, os setores que são o objeto de estudo deste trabalho (situação de domicílio 3 - representado pela cor roxa e 4 - representado pela cor vermelha) possuíam em 2000 1,8% de toda a população do RMC, enquanto que em 2010 abrigavam 1,4% da população total da RMC. Esses números apontam que somente houve crescimento populacional nas áreas urbanas, e ao verificar a figura 1, percebe-se, inclusive, um aumento na área urbana como consequência das novas definições das categorias espaciais estipuladas pelos municípios e que estava vigente na data do Censo de 2010.

Entretanto, quando se analisa a categoria de “transição” é possível verificar um crescimento de 168% nos números de setores na categoria 4 (entre 2000 e 2010), que é a categoria aglomerado rural de extensão urbana, e uma redução de 76% na categoria 3, a de área urbana isolada. Em outras palavras, esta redução pode ser oriunda de uma reação por parte do município ao maior desenvolvimento urbano das áreas de urbanização isolada. Essas áreas que no Censo de 2000 se localizavam, no município de Monte Mor, por exemplo, foram incorporadas à categoria “urbana” (1 e 2) em 2010. Por outro lado, o aumento das áreas de aglomerado rural de extensão urbana pode sinalizar uma ocupação irregular no meio rural, visto que é ilegal o parcelamento de terras para fins urbanos (como habitação, por exemplo) em zona rural. (GASPARINI, 1988).

4.2. Indicadores demográficos

4.2.1. Taxa de Crescimento

Ao analisar a tabela abaixo, nota-se que de maneira geral no período observado 1991/2000 e 2000/2010, a RMC segue a tendência arrefecimento do crescimento populacional do Estado de São Paulo e do país como um todo. Quando se verifica a

clássica separação entre o urbano e rural, há uma redução no crescimento populacional no setor urbano que acompanha o mesmo indicador geral da região metropolitana. Além disso, é interessante notar que o setor rural indica uma pequena recuperação no crescimento populacional, da ordem de 0,48%, no período 2000/2010. Tal qual o trabalho de Cunha e Rodrigues (2001) tem-se a falsa impressão de estancamento da evasão rural da RMC.

Contudo, este cenário fica diferente quando se introduz uma terceira categoria, intermediária, o setor de “transição rural-urbano”. Agora, nota-se que o setor “rural” continua a apresentar um crescimento negativo no período 2000/2010, passando de 3,93% no período 1991/2000 para 1,74% em 2000/2010. Enquanto na nova categoria, a de “transição”, notamos em 1991/2000 uma taxa de crescimento negativa mais elevada que a “rural” (4,77%), mas que no período seguinte é menor que a do “rural”, se situando em 0,54% negativo. Posto dessa maneira, a categoria de “transição” não é capaz de explicar muito, mas, ao detalha-la, ganha-se em nitidez. Observa-se que a categoria de “transição rural” apresentou uma taxa negativa de 0,13% em 1991/2000 e que em 2000/2010 apresentou uma taxa de crescimento populacional acima dos 7% a.a., ou seja, a taxa apresentada pelo setor de “transição rural” mostra-se como responsável pelo valor positivo da taxa rural.

TABELA 1. Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional. RMC, 1991 a 2010.

	1991/2000	2000/2010
Brasil	1,63	1,17
Estado de São Paulo	1,78	1,09
RM de Campinas	2,54	1,81
Urbano	2,73	1,85
Rural	-3,4	0,48
"Urbano"	2,93	1,92
"Transição"	-4,77	-0,54
"Rural"	-3,93	-1,74
"Transição Urbano"	-6,01	-6,33
"Transição Rural"	-0,13	7,85

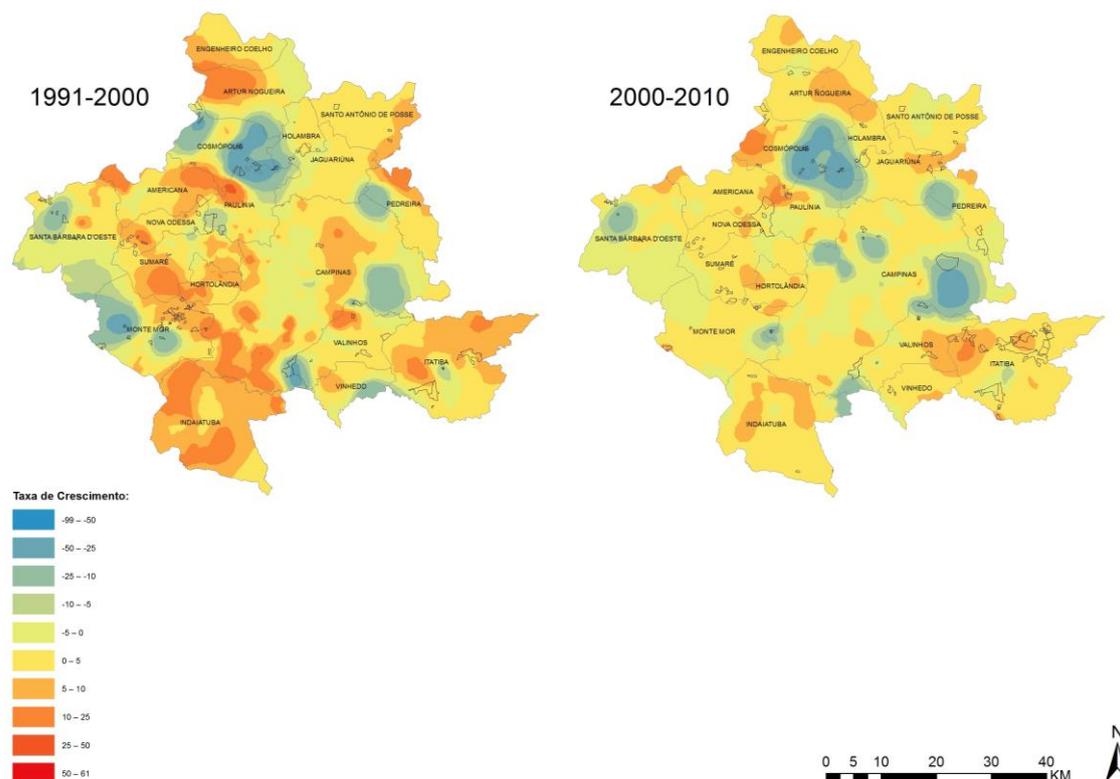
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010.

A figura 2, a seguir, revela que nos anos 1990, os “setores de transição” que mais cresceram (apresentando um crescimento entre 10 e 25 pontos percentuais) ao ano

estão localizados a oeste da RMC nos municípios de Monte Mor, Sumaré e Nova Odessa. É notável que estes são setores circuncidados por setores rurais, tal qual a descrição das áreas urbanas isoladas feita pelo IBGE. Já os setores de transição localizados nos municípios de Cosmópolis, Campinas, Santa Bárbara do Oeste e Monte Mor apresentaram as maiores taxas de crescimento negativas (variação de -50% a -25%), e estão localizados nos limites das fronteiras municipais, com Paulínia e Valinhos, e ao oeste tanto de Santa Bárbara D'Oeste como de Monte Mor, respectivamente.

Nos anos 2000, observou-se de maneira geral uma queda nas taxas de crescimento. Assim, os maiores crescimentos (de 5% a 10%) dos “setores de transição” foram observados em Itatiba, na proximidade de Valinhos e circuncidado pelos setores “rurais”; em Valinhos, próximo aos setores “urbanos”; em Jaguariúna nos limites de seus setores “urbanos” e na fronteira com Pedreira e Santo Antônio de Posse; e em Paulínia também nos limites urbanos e na fronteira com Americana. Já os setores de “transição” localizados nos municípios de Cosmópolis, Campinas, Santa Bárbara do Oeste apresentaram as maiores taxas de crescimento negativas (variação de -50% a -25%), variando em relação à localidade. Por exemplo: em Cosmópolis, eles se localizam na fronteira com Holambra e Paulínia; em Campinas, a oeste, localizados na área urbana fronteira com Monte-Mor e a leste, circuncidados pela área rural.

FIGURA 2. Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional por setores censitários da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (dados do Universo).

A figura 2 permite inferir que a alta taxa de crescimento observada no período de 1991 a 2000, em Monte Mor, levou o município a reconsiderar sua classificação de situação de domicílio, não somente nos setores de transição, mas também nos setores rurais ao redor, e incorporá-los todos aos setores urbanos. Disto, supõe-se que as áreas de Sumaré e Nova Odessa que acompanharam tais taxas devem seguir o mesmo padrão e, muito provavelmente, no próximo censo devem-se configurar como áreas urbanas.

A análise permite também identificar os novos eixos de ocupação dos setores de transição, que se encontram ou na fronteira de Itatiba com Valinhos ou em Paulínia, próximo a Americana, e se configuram como uma área de “transição rural”. É relevante mencionar a manutenção das taxas de crescimentos negativas nos setores de “transição” situados em Cosmópolis na fronteira com Paulínia e a oeste de Santa Barbara D’Oeste, uma vez que de fato são áreas de produção agrícola.

A situação descrita até aqui, sobre a dinâmica da população segundo a situação do domicílio, deixa claro que essas classificações meramente administrativas camuflam

a realidade espacial, fruto das relações socioeconômicas estabelecidas nos lugares. Desse modo, a análise das taxas de crescimento populacional realizadas a partir dos “setores de transição” permite levantar indícios mais consistentes da ideia do “falso” crescimento da população rural da RMC.

4.2.2. Densidade

A densidade demográfica, de maneira geral, aumentou ao longo do tempo, tanto na RMC, quanto dentro de suas áreas rurais e urbanas. Ao analisar a categoria de “transição”, verificou-se uma variação: em 1991 eram 4,7 habitantes por hectare, em 2000, chegou a 7,9 habitantes por hectare (metade da densidade do setor urbano) e em 2010 retornou a 4,4 habitantes por hectare. Diante deste fato, observou-se o comportamento diferente entre o setor de “transição rural” e de “transição urbano”. Enquanto o setor de “transição rural” indicou aumentos sucessivos em todo o período analisado (2,3; 3,8 e 4,7 hab./hectare) o setor de “transição urbano” apresentou uma queda acentuada em 2010 diante 2000 (de 11 hab./hectare para 4). Muito provavelmente, essa redução se deve a incorporação destes alguns setores de “transição urbano” à malha urbana em 2010.

Vale a pena mencionar que é possível que os setores de “transição urbana”, por estarem mais próximos às zonas “urbanas”, devam ser caracterizados por ocupações verticalizadas e precárias com alta concentração populacional, daí o valor tão próximo ao do setor urbano apresentado em 2000 (11,1 hab./hectare). Além disso, notou-se que em 2000, estão, em sua maioria, localizados na “*Cordilheira da Pobreza*” (CUNHA ET AL, 2006). Já os setores de “transição rural” estão localizados mais afastados dos centros urbanos, na região da “*Cordilheira da Riqueza*” e devem possivelmente se constituídos por ocupações horizontais com baixa concentração populacional.

TABELA 2. Densidade em habitantes por hectare da RMC, 1991 a 2010.

	1991	2000	2010
RM de Campinas	5,1	6,4	7,9
Urbano	12,0	15,0	18,8
Rural	0,2	0,3	0,3
"Urbano"	12,1	15,1	19,2
"Transição"	4,7	7,9	4,4
"Rural"	0,2	0,3	0,2
"Transição Urbano"	6,6	11,1	4,0
"Transição Rural"	2,3	3,8	4,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (dados do Universo).

Outro indicador investigado, o índice de envelhecimento⁹, mostrou que os setores de “transição rural” são os que apresentam a população mais jovem da RMC (36,7% em 2010). Enquanto que os setores de “transição urbana”, juntamente com o setor “urbano” a população mais envelhecida (mais de 50%).

4.2.3. Indicadores econômicos: Alto rendimento e renda-média

É interessante verificar que ao analisar somente os indicadores para as categorias dicotômicas *rural-urbano*, tem-se a impressão que houve um aumento tanto na proporção de responsáveis dos domicílios ganhando mais de 10 salários mínimos, quanto do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento positivo) da área rural. Ora, quando se introduz a categoria intermediária, a de “transição rural-urbana”, tem-se um novo cenário: em 2000, o “setor rural” apresentou a proporção em 4,1%; em 2010 essa se reduziu a 3,7%. Já no caso da renda média está se manteve igual nos dois períodos (3 salários mínimos). Ao analisar o “setor de transição”, notou-se que enquanto em 2000, ele se encontrava próximo e até mesmo abaixo do “rural”, em 2010, tanto em na proporção de domicílios com alto rendimento e na renda média apresentou indicadores mais próximos do cenário “urbano”.

Ao se adentrar a categoria de “transição rural” e “transição urbano”, verifica-se que a primeira, em 2010, apresenta a maior proporção de domicílios com alto rendimento da

⁹ O índice de envelhecimento que mostra a relação entre a população de 60 anos ou mais e a população de 0 a 14 anos é um indicador de concentração de população idosa, e auxilia na compreensão da estrutura etária de uma população.

RMC, 9%, inclusive, valor maior que o apresentado pelo setor “urbano” (6,3%). Isto sugere uma maior concentração da população de alta renda nestas áreas. Já o setor de “transição urbana” revela que desde 2000, é o que apresenta menor proporção de domicílios com alto rendimento, menor inclusive que o setor “rural”, reforçando a afirmação de que estas áreas devam ser caracterizadas por ocupações verticalizadas e precárias. Similarmente, o mesmo ocorre com os indicadores observados da renda-média.

Vale ressaltar a recente transformação dos setores “transição rural”, visto que os altos valores observados tanto para renda média quanto da proporção de domicílios com alto rendimento do responsável foram observados pelo censo de 2010, enquanto em 2000 eram próximos aos valores apresentados pelo setor “rural”.

TABELA 3. Proporção dos domicílios com “alto rendimento” (mais de 10 salários) do responsável e Rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento positivo) na RMC, 2000 e 2010.

	Alto rendimento		Renda Média	
	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	6,8	6,3	4,5	4,0
Urbano	6,9	6,3	4,5	4,0
Rural	4,1	5,6	3,1	3,5
"Urbano"	6,9	6,3	4,5	4,0
"Transição"	2,0	6,4	2,5	3,8
"Rural"	4,1	3,8	3,0	3,0
"Transição Urbano"	1,2	2,2	2,2	2,8
"Transição Rural"	4,1	9,5	3,2	4,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 (dados do Universo).

4.3. Infraestrutura

Em relação a infraestrutura, de 2000 para 2010, pela tabela 6 abaixo, houve ampliação deste serviço em toda RM de Campinas. Entretanto, na categoria de “transição”, onde ocorrem as novas ocupações residenciais, nota-se um aumento na proporção dos domicílios sem acesso a rede de água (esta passou de 20,1% em 2000 para 31,6%).

Observa-se que tanto os setores de “transição urbana” quanto os de transição “rural” compartilham a mesma realidade, ou seja, não se situam nem no padrão “urbano” e nem no “rural”. Entretanto, ao analisar o acesso a coleta de lixo, esses

setores estão muito mais próximos dos setores “urbanos”. Pode-se inferir que isto seja reflexo do aumento das ocupações urbanas nestes setores sem contar com o planejamento municipal, e por consequência sem receber a infraestrutura adequada.

TABELA 5. Proporção dos domicílios sem rede de água, escoamento, e coleta de lixo na RMC, 2000 e 2010.

	Sem rede água		Sem escoamento		Sem coleta de lixo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	4,9	3,7	20,0	14,8	2,0	0,6
Urbano	2,9	2,0	18,2	13,0	0,9	0,4
Rural	76,6	69,1	90,8	82,6	40,6	12,5
"Urbano"	2,8	1,9	17,2	12,9	0,9	0,3
"Transição"	20,1	31,6	84,6	56,3	4,8	1,0
"Rural"	86,0	85,1	95,0	94,2	46,7	18,3
"Transição Urbano"	16,4	24,8	89,9	52,2	2,7	1,3
"Transição Rural"	30,3	36,4	70,1	59,1	10,3	0,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 (dados do Universo).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, de caráter exploratório, conseguiu reforçar a importância de uma categoria intermediária entre o rural e urbano para evidenciar e melhor caracterizar a diferenciação sócio-espacial da RM de Campinas no período entre 2000 e 2010, bem como uma maior exploração dos dados do Universo do Censo dos setores censitários, via a espacialização desses. Buscando-se maior clareza sobre a “reversão” da diminuição da população rural da RMC, e aproveitando-se das informações censitárias mais desagregadas do Censo, definiu-se uma nova categoria de análise da distribuição da população na RM, o que implicou na consideração de uma área de transição entre o urbano e rural.

Assim, com base nessa reclassificação, registrou-se que a área “rural”, na verdade, perdeu, entre 2000 e 2010, aproximadamente 10 mil habitantes. Apesar da área de transição como um todo mostrar uma perda de 2 mil pessoas, ao analisarmos somente a área de “transição rural”, (situação de domicílio do tipo 4) esta teve um ganho próximo a 12,5 mil pessoas.

Quanto à categoria intermediária, notou-se que em 2010, nos indicadores econômicos, esta está mais próxima aos padrões urbanos, enquanto que nos indicadores de infraestrutura, de maneira geral, ela está em um nível intermediário entre o meio

rural e urbano e mais próximo do meio urbano na proporção de domicílios sem coleta de lixo. Quando aos indicadores demográficos, esta apresentou um caráter mais heterógeno na densidade populacional e uma situação intermediária na taxa de crescimento.

Fica claro também que a categoria de transição sofreu um processo de transformação em sua composição: se em 2000, em sua maioria (81%), era formada pela categoria urbana isolada, periféricos aos setores urbanos, mais precários e possivelmente ocupada com pessoas de baixa renda; em 2010, destaca-se o crescimento dos aglomerados rurais de extensão urbana, que se dá pelas ocupações próximas aos setores rurais, de maneira mais espaçadas, e que está sendo ocupada pela população de maior renda. Embora possivelmente não possa se esquecer de que muito dessas ocupações são ilegais. Disto podem-se tirar dois fenômenos sociais: o da desconcentração populacional rumo ao interior dos municípios e a urbanização das áreas periféricas urbanas.

Pode-se, portanto, insinuar que há de dois tipos de ocupação espacial dos setores de transição:

O mais antigo, iniciado na década de 1960 e que se agravou nas décadas seguintes (principalmente no final dos anos 80), que são as ocupações ilegais das periferias dos setores urbanos. Pelo fato de não haver planejamento por parte das prefeituras e municípios, estas áreas “urbanas” se localizaram em áreas classificadas como urbanas isoladas até os anos 2000. Em 2010, muitas delas passaram a fazer parte da malha urbana efetivamente, como pode ser observado na figura 1 na região da *Cordilheira da Pobreza*. Ou seja, tais áreas urbanas recém-criadas não são fruto de planejamento, mas sim resultados das ações municipais de legalização e reclassificação dessas áreas.

O novo tipo de ocupação do solo, visualizada a partir dos dados do censo de 2010, na categoria de área rural de extensão urbana, mostra uma ocupação de zonas mais afastadas dos centros urbanos municipais, cerceada pela zona rural. São provavelmente bolsões de condomínios fechados e residências particulares em terrenos de mais 500m², onde vive uma população mais jovem e com maior renda, que procurou melhores condições de bem-estar, lazer e segurança. Mas tal qual no tipo de ocupação

anterior, é possível que estas ocupações façam parte de ocupações ilegais dos setores rurais.

O estudo mostra indícios que confirmam que a RMC continua sendo uma região “dividida” pela rodovia Anhanguera (configurando o que se chamou de “*cordilheiras da pobreza e da riqueza*”) e, além disso, intensifica-se a homogeneização e exclusividade da *cordilheira da riqueza* para a população de alta renda, e o outro lado da região como opção aos setores das classes médias e média-baixa.

Finalmente, espera-se que esse estudo tenha contribuído para dar maior especificidade à discussão do que se tem chamou de “nova configuração do rural paulista”, em particular naquilo que se refere à dinâmica e localização da população no espaço. Claramente, a RMC não passa por um processo de “volta ao campo”, como pareceriam sugerir as estatísticas. No entanto, isso não invalida em absoluto os importantes achados que dão conta das novas relações entre o urbano e rural. Eles têm como objetivo gerar conhecimento sobre os processos sociais, demográficos e de infraestrutura que estas áreas sofrem e justificar sua categoria quanto área espacial de investigação que se situa entre o rural e urbano, visto que estas áreas não podem ser vistas como urbano, pois dentre outros elementos, carecem de infraestrutura, e nem como rurais, visto de maneira geral que a renda se assemelha ao setor urbano.

6. REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial**. Dissertação de mestrado. IFCH/UNICAMP, 1992
- CHAMPION, A. G.; HUGO, G. (Eds.). **New forms of urbanization: Beyond the urban-rural dichotomy**. Aldershot, England: Ashgate, 2004
- CUNHA, J.; RODRIGUES, I. **Transition Space: New Standpoint on São Paulo State's (Brazil) Population Redistribution Process**. Paper presented at IUSSP Conference, Bahia, August; 2001
- GASPARINI, D. **Município e o Parcelamento do Solo**. 2ª Ed.. São Paulo: Saraiva, 1988.
- IBGE. Censo Demográfico 2010 - **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 mar. 2016
- RODRIGUES, I. **A demografia da vida rural paulista**. Tese de doutorado. Unicamp. 2001.
- SILVA, J. G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Coleções Pesquisas, 153 p, 1999.
- SILVA, J. G; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v.19. n 1, p.37-67, jan-abr/2002.
- SILVA, J. A. **Direito urbanístico brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Malheiros, 1.997. p. 307.
- SABINO, J. L. **Parcelamento do solo em zona urbana - Qualificação urbanística da zona urbana e da zona rural**. In: *Ambito Juridico*, Rio Grande, XVII, n.125, jun 2014. Disponível em: <<http://www.ambito-jurifico.com.br>> Acesso em fev 2016
- SANTORO, Paula Freire. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. Tese de Doutorado em Habitat. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-06062012-143119/>>. Acesso em: 2014-09-26.
- VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.